



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**PRESIDENTE: ALFREDINHO**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
**DEBATE SOBRE AS OBRAS NO PARQUE ÁGUA BRANCA  
E TOMBAMENTO DO CINE BELAS ARTES**

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo  
DATA: 30 de junho de 2012

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder)** – Na qualidade de membro da Comissão de Administração Pública, em caráter excepcional e exclusivo, substituindo o Vereador José Ferreira Zelão, declaro abertos os trabalhos da audiência pública desta comissão, a ser realizada no dia de hoje, 30 de maio de 2012, que terá como tema Obras em Desenvolvimento no Parque da Água Branca e o Tombamento do Cine Belas Artes.

Informo que a audiência pública está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, endereço [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br) link auditórios *on line*.

Passemos aos nossos trabalhos.

Informo, inicialmente, que foi convidado o Dr. Mario Augusto Vicente Malaquias e nós recebemos a seguinte informação:

- É lido o seguinte.

(declinando o convite da Câmara – assina Milene Lilian Mayumi Inoue – Oficial de  
Promotoria do Ministério Público de São Paulo)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder)** – Quero anunciar a presença do Presidente da Comissão, Vereador Alfredinho. Passo ao Presidente a honra de chamar os convidados à Mesa.

- Assume a presidência o Sr. Alfredinho.

**O SR. PRESIDENTE (Alfredinho)** – Bom dia a todos. Desculpem-me o atraso, mas o trânsito em São Paulo é incalculável. Vou chamar os participantes da Mesa, mas a reunião será presidida pelo requerente – Vereador Carlos Neder que está mais inteirado do assunto e mais bem preparado do que eu para conduzir a audiência pública.

Chamo para compor a Mesa Washington Luís Lincoln de Assis, 3º Promotor de Justiça do Meio Ambiente da capital; Walter Pires, Diretor do Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura e conselheiro do Conpresp; Eliane Mapfre, que não virá, mas falará Afonso Júnior do movimento em prol do Cine Belas Artes.

Também está presente o pessoal do Movimento Parque da Água Branca, que poderá escolher um integrante para participar da Mesa. (Pausa) Será a Sra. Jupira Cauhy, por favor, sente conosco.

Após a composição da Mesa, passo a presidência ao Vereador Carlos Neder, que legitimamente presidirá a audiência.

- Assume a presidência o Sr. Carlos Neder

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder)** – Agradeço ao Presidente, Vereador Alfredinho. É possível que durante a audiência tenhamos a participação de outros membros da Comissão de Administração Pública. Nós também divulgamos a realização desta audiência para os componentes da Comissão de Política Urbana.

Gostaria de propor o seguinte encaminhamento: como esta é uma segunda audiência pública tratando do tema e nós convidamos o Presidente do Conpresp e não houve resposta formal do Presidente no sentido da sua participação, tampouco me parece tenha sido designado membro para representá-lo. (Pausa)

Havia entendido que V.Sa. estaria representando o Secretário de Cultura.

**O SR. WALTER PIRES** – Como diretor de departamento e presidente do Conpresp eu tinha conversado inicialmente com a administração da Mesa e posso eventualmente dar algumas posições relacionadas à relação do Conpresp com o tema e o DPH também.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder)** – Mas o senhor não está vindo com a delegação formal do presidente.

**R** – Vim representando o Secretário Municipal de Cultura. E como conselheiro do Conpresp também fui convidado.

**P** – Então eu gostaria de pedir à Assessoria da Comissão que nos informe precisamente se houve alguma resposta forma do presidente do Conpresp, uma vez que ele foi devidamente convidado para comparecer a este evento, sem prejuízo da sua participação, que agradeço.

Eu gostaria de propor o seguinte encaminhamento. Como já é uma segunda audiência pública, ela tem que ser essencialmente prática porque na reunião anterior nós recebemos documentos elaborados pelos dois movimentos, esses documentos foram entregues em mãos ao presidente do Conpresp e desde então algumas providencias foram solicitadas pela Câmara Municipal, pelos movimentos, inclusive algumas mudanças de procedimento no que diz respeito ao funcionamento e o acesso desses movimentos às decisões do Conpresp. Então eu proponho que nós ouçamos inicialmente a representante do Movimento do Parque da Água Branca, se está referendando o documento anterior ou se está trazendo novo documento. Faríamos, em seguida, também a exposição do representante do movimento pelo tombamento do Cine Belas Artes e aí ouviríamos o promotor e o representante do Poder Público. Pode ser assim?

Tem a palavra a Sra. Jupira Cauhy.

**A SRA. JUPIRA CAUHY** – Bom dia. Quero começar, até com essa proposta do Vereador, de ser bem prático, nós, em novembro, quando realizamos a primeira audiência, o

movimento SOS Água Branca apresentou uma carta dirigida ao Walter, diretor do DPH, ao Lefevre, que é o Presidente do Conpresp, e aos Vereadores membros da Comissão onde relatamos uma séria do que chamamos de irregularidades e ilegalidades na realização de obras e intervenções dentro do Parque do Água Branca, sem as devidas apreciações ou autorizações do Conpresp...

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. JUPIRA CAUHY** – Prévias. Obrigada. Sem as devidas autorizações prévias do Conpresp, uma vez que o parque é tombado. O parque é tombado pelo Conpresp e também pelo Condephaat. Nesse documento relacionamos todas as questões que foram acontecendo de 2010 até novembro de 2011, sendo que durante a audiência o presidente do Conpresp nos entregou um conjunto de documentos de processos, que estavam em apreciação e nos final da audiência foi aprovado um requerimento que é a partir dele que eu gostaria que a gente começasse.

Esse requerimento foi publicado no *Diário Oficial*, foi um requerimento aprovado pela Comissão de Administração Pública a respeito do tema que estávamos discutindo e é a partir dele é que eu queria que a gente desse sequência para saber o que aconteceu e o que não aconteceu de lá para cá.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder)** – Peço licença um segundo. Gostaria de convidar para compor a Mesa a Vereador Adilson Amadeu, que representa a Câmara Municipal no Conpresp.

**SRA. JUPIRA CAUHY** – Esse documento diz o seguinte: “Considerando o debate realizado na 11ª audiência pública da Comissão de Administração Pública a respeito das obras envolvidas no Parque da Água Branca, as quais estão descaracterizando o Parque com alterações significativas nas suas características rurais, culturais, ambientais e arquitetônicas, bem como para debater a proposta de tombamento do Cine Bela Artes. Considerando o documento contendo manifestação do Movimento SOS Parque da Água Branca entregue aos

Vereadores membros da Comissão na audiência pública e considerando, por fim, o previsto na Resolução Conama 237/97, artigo 19, e o previsto na Resolução Conama 237/97, artigo 19, e o previsto no artigo 1º, requeiro, à Comissão de Administração Pública, nos termos regimentais, tendo em vista o relevante interesse público envolvido as seguintes providências: que o Conpresp, Departamento de Patrimônio Histórico apresente os projetos deferidos, indeferido e em análise, relativos ao parque da Água Branca, mediante decisão motivada e fundamentação técnica.”

Deste item recebemos no dia da audiência um conjunto de documentos que listavam oito processos, dos quais cinco tratam de reformas e restauração de prédios. Um deles de supressão arbórea, genericamente. Não cita exatamente onde estava se tratando o processo e o outro de um sistema integrado de segurança por câmeras e ambientes internos ou externos e o último de colocação de telas de projetos junto aos gradis.

Recebemos somente esses documentos, onde nos documentos constam o procedimento de análise dos técnicos do DPH; o parecer da técnica responsável; parecer do DPH enviado ao Conpresp e por fim o voto dos conselheiros do Conpresp.

Não recebemos nenhuma outra informação conforme foi solicitado aqui. Porque dos deferimentos, dos indeferimentos e quais são os projetos que estão em análise. Sabemos que há alguns projetos que ainda não foram apreciados como todas as intervenções feitas no Bosque das Palmeiras onde existem as nascentes do parque, e onde é, para nós, um dos locais mais importantes que não devem ser mexidos dentro do parque. Também não há, especificamente, nada que fale de toda a intervenção de manejo arbóreo das supressões que existiam lá.

Item 2- “Que o Conpresp, a Secretaria Municipal de Cultura e o Departamento de Patrimônio Histórico, revejam os processos já deferidos, submetendo-os a análises sob o ponto de vista da legislação ambiental e das características expressas no decreto de tombamento. Agora com vistas a adoção de medidas reparadoras e revisionais. Além de uma possível

auditoria ambiental *in loco*, portanto, solicita-se que se pronunciem sobre a viabilidade de medidas de controle e adequação, uma vez que as preventivas não puderam concretizar-se a tempo. Além de não ter ocorrido à necessária avaliação do impacto ambiental das intervenções feitas pelo Executivo estadual e municipal.”

Sobre esse item desconhecemos a providência tomada. Porque não fomos informados se houve essa auditoria *in loco*. Também não recebemos nenhuma informação se houve uma revisão dos processos já deferidos e tampouco dos impactos decorrentes das intervenções feitas.

Item 3 - “Que o Conpresp, a Secretaria DPH mantém informada a Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal de São Paulo a cerca das providências adotadas em relação ao Parque da Água Branca e o Cine Belas Artes. Ficando desde já informados de que será realizado uma nova audiência no início de 2012, ocasião em que o Condephaat e o Ministério Público Estadual também serão chamados a participar do debate das questões a elas afetas.”

Temos aqui essa audiência com a participação do Dr. Washington, Promotor que desde o início acompanha o processo do Parque da Água Branca. Não sabemos se a Comissão de Administração Pública foi informada, depois gostaria que a comissão desse esse retorno. O Parque é tombado pelo Condephaat e todas as intervenções realizadas não estão regularizadas perante o Condephaat. Existem várias intervenções que não houve uma aprovação prévia, no caso do Condephaat, a exemplo do Conpresp todas as aprovações das intervenções foram feitas posteriormente o que também é uma irregularidade.

Item 4 – “Que o Movimento SOS Parque da Água Branca, seja convidado a participar das reuniões do Conpresp, em que serão debatidos os pareceres dos conselheiros relacionados as intervenções no Parque da Água Branca.”

Não fomos convidados para nenhuma reunião, assim que terminou a audiência em novembro ficou acertado de que faríamos uma reunião com o DPH e com os técnicos

responsáveis pelo DPH no DPH pelos processos do parque, para que pudéssemos conversar a respeito do que estava acontecendo. Chegamos a acompanhar uma visita da arquiteta Leila Diego, que foi fazer uma vistoria no parque, nós acompanhamos e a partir daí não tivemos mais nenhum retorno do que aconteceu. Não houve, pelo menos acompanhando o Diário Oficial, não soubemos de mais nenhuma outra reunião que houvesse sido debatido alguma questão do Parque. Temos um processo das várias questões abertas. Sabemos que o processo relacionado ao bosque das Palmeiras, ainda não foi concluído e não temos nenhuma informação.

“Para tanto segue anexado a este requerimento cópia do documento encaminhado ao Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Vereador Police Neto, aos líderes do Partido do Governo na Câmara Municipal de São Paulo, objetivando a publicação na íntegra em Diário Oficial.” Foi feita a publicação. Temos a publicação da carta entregue pelo movimento no Diário Oficial do dia 29 de novembro.

Nesse processo todo, desde 2010, o Ministério Público encaminhou para a Secretaria de Agricultura, o Parque é estadual, vinculado a Secretaria de Agricultura e abastecimento e o Ministério Público encaminhou um esboço de termos de ajustes de conduta, em maio de 2011. Faz um ano que a Secretaria de Agricultura e Abastecimento está com esboço de Taque e até hoje esse Taque não foi assinado. Faz parte dos itens encaminhados pelo Ministério Público, as questões relacionadas a regularização das aprovações. Consta do Taque, todas essas intervenções que foram feitas sem a aprovação do Conpresp e sem a aprovação do Condephaat.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder)** – Agradeço essa exposição inicial da representante do Movimento pelo Parque da Água Branca. Consulto a assessoria da comissão se temos cópia deste documento para todos os componentes da Mesa.

Informar que a primeira audiência pública sobre esse tema foi realizada no dia 16 de novembro de 2011. Onde tivemos a participação dos Vereadores que compunham a

comissão de Administração Pública à época e tenho em mãos e gostaria de informar ao Promotor Dr. Washington, caso haja interesse, das notas taquigráficas da primeira audiência pública, caso não tenha recebido no Ministério Público, ficando a sua disposição.

Para audiência pública de hoje algumas autoridades e representantes foram convidados. Está aqui o Dr. Washington Luis Lincon de Assis, terceiro promotor de Justiça do Meio Ambiente da Capital, a quem agradeço a presença. Estão presentes os Srs: Vereador Adilson Amadeu, conselheiro do Conpresp; Vereador Alfredinho; Walter Pires, conselheiro do Conpresp, representando, neste ato, o Secretário, Sr. Carlos Augusto Calil, Secretário Municipal de Cultura e foram convidados – não sei se estão presentes – Sra. Bestriz Ferraz Spiço, conselheira do Conpresp; Marcelo Manhães de Almeida, Conselheiro; Luiz Ricardo Pereira Leite, conselheiro; José Eduardo de Assis Lefever, conselheiro e Presidente do Conpresp – aguçado da assessoria a cópia do convite endereçado a ele - Miguel Bucalem, conselheiro; Cláudio Salvador Lembo, conselheiro; todos os secretários; Fernanda Falbo Bandeira de Melo, presidente do Condephaat, também convidada para comparecer a este evento.

Passo a palavra ao representante do Movimento do Tombamento do Cine Belas Artes. Ele me pediu se poderia explicar, inicialmente, um vídeo e, em seguida faria a sua exposição.

**O SR. AFONSO LIMA** – Boa tarde. Gostaria de passar o vídeo antes. Poderíamos começar com o vídeo. Sou historiador, mestre em filosofia pela PUC de Porto Alegre, portanto, sou um estrangeiro, mas muito bem acolhido por esta cidade. O que mais me chamou a atenção em São Paulo, e um dos motivos pelos quais estou aqui, realmente, é a cultura. Como as pessoas dizem: o que salva São Paulo é a cultura. Esse caso do Belas Artes tem sido uma das coisas mais interessantes que já vivenciei na Cidade porque é uma unanimidade. Temos um manifesto que fizemos – vocês verão, pelo vídeo, depoimentos de pessoas de todas as idades, classes – com mais de 120 personalidades, entre elas o ex-Ministro da Educação,

Fernando Hadad, o FHC, Zé Celso, celebridades, pessoas do meio artístico, dizendo que temos de salvar o Belas Artes. Então, não é uma coisa de moleques, de estudantes, de pessoas desocupadas, como muitas vezes nos tratam. Agora temos uma CPI ocorrendo na Casa porque os vereadores entenderam a importância para a memória e para a identidade. Temos um *Facebook* com mais de 90 mil apoiadores. Apenas uma das listas que temos tem mais de 20 mil assinaturas. Rolaram muitas listas. Ficamos uma semana no Conjunto Nacional juntando assinaturas e foram mais de 7 mil assinaturas em uma semana. Realmente é uma demanda muito grande da Cidade e enfrentamos o problema: como fazer a população ser representada e ser ouvida. Não é por falta de clamor popular. Desde o FHC. Um dos problemas que gostaria de levantar é que esta é uma discussão muito intrincada, muito complexa e que envolve muitos aspectos: urbanismo, educação, patrimônio cultural, uma série de questões que temos de ter coragem de entrar.

---

A Constituição e as leis municipais defendem com muita força o patrimônio cultural. Está nas leis, está no Estatuto da Cidade e na Constituição. É dever do Estado proteger o patrimônio cultural. Novamente caímos nisso: como fazer com que essas leis aconteçam. Uma das coisas que diz a Constituição é que a parte material integra o patrimônio cultural. Então, este copo não está aqui. Se ele está dentro do patrimônio cultural, se ele se refere a um patrimônio cultural ele integra o patrimônio cultural. Uma das grandes discussões que se levanta é: o que adianta? A gente não pode tombar porque a parede já foi muito reformada. Mas o pensamento não é este. Existe um objeto que é um patrimônio cultural, existe uma atmosfera, toda uma história. O Belas Artes começou em 1947. Em 1967 foi reinaugurado com esse nome de Belas Artes, foram empresários super-vanguardistas como Dante Ancona Lopes, o Llorente. Eles tinham uma visão de que São Paulo tinha de ser uma cidade internacional, não podia ter só cine de Hollywood, só a coisa comercial. Eles queriam transformar São Paulo em uma capital internacional, trazendo filmes europeus. Realmente, o Belas Artes cumpriu, durante décadas, fez parte da formação de milhares de pessoas. Praticamente toda a pessoa que eu

falo isso, se tem uma certa idade fala: “ah, passei a minha juventude no Belas Artes”. Se é uma pessoa mais jovem diz: “o Belas Artes que era barato e que eu podia ir.” Então, faz parte da história da Cidade, cumpriu o papel de trazer Bergman e todos os cineastas europeus que não tinham espaço em São Paulo. Quando a gente lê o que o Llorente propunha, por exemplo, em 67, em entrevista à *Folha de S.Paulo* é incrível. “Nós queremos que São Paulo tenha um centro cultural, tenha uma biblioteca, que tenha exposições de arte, que tenha várias salas de cinema.” Ficamos pensando, o que aconteceu com a cidade que em 30, 40 anos regrediu. Hoje estamos em uma situação em que André Sturm, que foi o último explorador do cinema, tem uma fala no *Valor Econômico* esses dias em que ele diz o seguinte: “o problema que essas salas enfrentam não tem a ver com público. O público para esse tipo de filme de arte não diminuiu. O que mudou foi a lógica comercial de exploração das salas.” Ou seja, eles estão falando que tem muitos filmes que eles compraram em Cannes que não vão poder passar em São Paulo porque tem pouquíssimas salas. Os filmes estão ficando um mês em cartaz. Ele comenta que o filme da Pina Baush tinha público, muita gente querendo sair e teve de sair de cartaz porque começa Cannes, outro circuito e não tem mais onde ser exibido em São Paulo. É um problema para o cinema brasileiro também que é onde o Belas Artes cumpria o papel de explorar o cinema brasileiro.

Gostaria de dizer e seguinte: temos uma lei, do Vereador Macena, de 2007, que contempla o patrimônio imaterial. O que seria isso? Se refere a identidade, aos modos de viver. Não é uma lei, como se diz, registra em um livro: a cidade de São Paulo tem isso como cultura. Não é só isso. Também existem as medidas de salvaguarda, tentar preservar materialmente as instâncias que fazem ocorrer, como ocorreu em Atibaia, por exemplo. Se protegeu uma rua onde ocorria uma dança, a Congada. Então, como é importante para a identidade local se protegeu também o material. Que é outra discussão que se levanta. “Ah, mas então, vou só anotar no livro que o Belas Artes foi importante” Ou então, como o Condephaat nos colocou: Poe uma placa na frente. Não é por aí. Surreal. Sabemos que primeiro precisamos aprovar

esta lei, do Vereador Macena que foi sancionada mas não regulamentada. Então, isso é grave, ou seja, a lei existe mas o departamento histórico – que aliás, fez um parecer favorável ao tombamento, mesmo com todas essas questões – não pode usar a lei porque não foi assinada.

Sabemos que a Prefeitura deu 620 milhões de reais em consultoria e projetos, 420 milhões para o Corinthians. Então, a Cultura, que movimenta 40 bilhões de reais na Cidade, por ano, merece um investimento. O certo seria comprarmos, sem discussão, mas o tombamento também existe por motivos históricos e afetivos. Isso está na lei.

O que desejamos inverter nessa discussão é o seguinte: não cair direto no aspecto técnico, porque aí caímos em lei de 1930 e não sei quantos onde parece que São Paulo ainda está vivendo essa época de trinta e poucos onde patrimônio cultural era só parede. Se não tiver uma parede do fulano de tal não pode tombar. Isso é muito primitivo, é muito provinciano. Por exemplo, o prédio da MTV foi tombado porque tem uma parede que é importante. Mas um patrimônio de 68 anos onde mais de 1800 pessoas iam cada dia do final de semana e nos dias de promoção, que atende a uma demanda de aposentados, de jovens, não sei se vocês perceberam quanto está custando o cinema em São Paulo. Fui esses dias no Reserva Cultural e meia entrada são 12 reais! Imaginem para o aposentado o que isso significa. Os aposentados lotavam o Belas Artes que tinha, inclusive o Cineclubes em que se pagava 60 reais por ano. Então, aposentados poderiam ir todos os dias de graça, simplesmente apresentavam a carteirinha. A meia entrada era cinco reais para seis salas de cinema. Então, realmente, é uma questão que envolve educação porque esses jovens da periferia caem na Paulista, pagam cinco reais e assistem filmes internacionais. É uma questão educativa muito forte. A média do cinema em São Paulo está em 25 reais, ou seja, não sei se os senhores tiveram o prazer de chegar a um shopping e o cinema estar a 28 reais. Na verdade, temos hoje duas ou três salas de cinema de arte, que seriam o Cine Sesc e o Unibanco Augusta. Sabemos que no Cine Sesc passam vários festivais continuamente e não há essa circulação com os produtos que estão chegando de fora.

Eu fui com minha mãe ao cinema esses dias a 28 reais por pessoa, ou seja, duas pessoas pagam 56, três pessoas pagam 84. Imaginem o que significa isso em uma família de classe média.

Outra questão importante é com relação ao metrô. Como há representantes do Estado, pelo que me disseram, o metrô teve um impacto muito grande na valorização da região. Portanto o que estamos discutindo não é somente se tomba ou não tomba, mas há várias soluções que podemos pensar em conjunto, mas estamos falando também de qual Cidade queremos. Queremos uma Cidade em que todos vivam trancados em casa baixando vídeo pela internet? Queremos que as pessoas circulem pelas ruas, como o Rio de Janeiro está fazendo?

O Rio de Janeiro está reabrindo seis salas de cinema de rua com incentivos. O Cine Paissandu, por exemplo, foi tombado e está sendo reaberto com quatro ou cinco salas porque se entende que isso faz parte da cidade e é importante que as pessoas frequentem a rua. A nossa discussão é muito mais ampla do que um prédio.

Queremos também discutir a questão da identidade. Vamos preservar a nossa memória? Vamos preservar a nossa identidade? Ou tudo será continuamente destruído? O que mais me entristece, eu sendo gaúcho, de fora, é que as pessoas em São Paulo dizem que São Paulo sempre foi assim. É como se tivéssemos desistido da democracia. Existem leis e representantes para nos representar, mas é como se disséssemos que sempre foi assim, a burocracia sempre dominou. Isso é muito triste de se ouvir. É como se disséssemos que é uma ditadura, é o absolutismo.

Com relação ao tombamento, especificamente, eu penso que temos de abrir a discussão. Podemos, sim, tomba por motivos históricos efetivos e, depois de salvar o bebê que está morrendo na nossa frente. Primeiramente, é não deixar o prédio ser derrubado e virar Lojas Pernambucanas ou Lojas Bahia e, depois, talvez, criar uma comissão que, talvez, fará uma licitação, tentar negociar com o proprietário e explicar a importância. O proprietário negou

um aluguel de mais de 130 mil reais por mês, não é?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. AFONSO LIMA** - Negar o aluguel de um milhão é algo que representa muito sobre a estrutura da Cidade. Será que a Cidade não tem ninguém que regule? É simplesmente a selva? Os poderosos, os peixes grandes vão comer todos os pequenos e acabou? Não tem lei na Cidade? Essa é a impressão que nos passa.

Por fim, gostaria de dizer que como o metrô teve esse impacto muito grande de valorização, o Estatuto da Cidade obriga o Estado a ter contrapartidas, a defender o patrimônio cultural porque senão todo o lugar onde houver metrô será péssimo para a população.

Se os senhores analisarem, verão – inclusive o UOL já publicou – que o comércio caiu muito, o Micheluccio está vendendo pastel para sobreviver porque os aluguéis têm uma valorização incrível, a rua está completamente deserta, cheia de moradores de rua, não há iluminação, não tem gente circulando, está perigoso, aumentaram os assaltos. É toda uma questão de urbanismo.

Por aqui podemos começar uma discussão não tanto por tomba ou não tomba, mas precisamos salvar esse lugar, é essencial, e a partir disso vamos pensar como.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder)** – Agradeço a sua participação, Afonso, representando o Movimento pelo Tombamento do Cine Belas Artes, pela preservação da memória.

Gostaria de perguntar se vocês trouxeram algum documento. A sua exposição está gravada e depois será transcrita. Depois disponibilizaremos o filme para aqueles que deixarem o e-mail, caso você autorize, pois não será possível passá-lo neste momento porque o filme tem em torno de 18 minutos.

Você fez referência à questão de leis que são autoaplicáveis ou não. Há determinados dispositivos legais que são autoaplicáveis, então nem tudo o que está na lei do

Vereador Chico Macena necessita de uma regulamentação por decreto para ser observado. Parte do que está disposto já pode ser aplicado por ser autoaplicável. Porém, outra parte depende de regulamentação por decreto e, aí sim, é importante a cobrança que você fez.

Há também aquela lei do Vereador Nabil de incentivo às atividades culturais e eu sou autor de um projeto que há anos aguarda votação em plenário, que é de incentivo aos cinemas de rua. Infelizmente, a Câmara não valoriza esse tipo de coisa.

Só um reparo na sua fala, a CPI do Belas Artes é tão importante quanto a conversa que estamos fazendo aqui, entretanto ela foi proposta para inviabilizar a implantação da CPI do Sorocabana. Não houve nenhuma outra razão para que ela tenha sido apresentada nesta Câmara. Ela foi um instrumento para inviabilizar a investigação profunda do Hospital Sorocabana.

Tem a palavra o Sr. Walter Pires, Diretor do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura, representando, neste ato, o Sr. Secretário de Cultura. Informo que tenho em mãos o convite encaminhado à Presidenta Fernanda Falbo Bandeira de Mello, do Condephaat, bem como o convite entendido a todos os componentes do Conpresp, mas entendo que houve uma falha, pois o Presidente do Conpresp foi convidado como se fosse simplesmente um membro e, na verdade, deveria ter sido expedido um convite especificamente a ele na condição de Presidente.

**O SR. WALTER PIRES** – Bom dia a todos. Gostaria de agradecer o convite da Comissão de Administração Pública, da Câmara Municipal de São Paulo, para prosseguir na discussão desses temas que são bastante complexos e relevantes para entender a dinâmica da preservação em São Paulo e as questões que envolvem a atuação dos órgãos públicos, a importante atuação da sociedade civil organizada na defesa de seus valores específicos em relação à memória da Cidade.

Sinto-me mais do que esquizofrênico, talvez uma esquizofrenia tripla, porque de certa maneira represento o Sr. Secretário de Cultura, sou Diretor do Departamento e sou

Conselheiro e Vice-Presidente do Conpresp. Então, as questões todas envolvem e se misturam, mas tentarei não enlouquecer e definir as questões com uma certa clareza.

Enfim, em relação às questões pontuadas no documento de novembro, fizemos um levantamento de processos. Tramitaram, nos últimos cinco ou seis anos, no DPH Conpresp, cerca de 17 processos relacionados a temas que envolviam intervenções no Parque da Água Branca, enquanto seu limite físico.

Temos quatro processos ainda pendentes incluindo esse que a Jupira Cauhy fez referência na vegetação. De certa maneira, essa pendência resultou de duas linhas de conduta.

Primeiro, a gente teve contato com a área técnica do Condephaat no sentido de procurar entender as decisões tomadas anteriormente também em processos de aprovação ou pendentes ainda no mesmo conselho.

E uma outra questão que foi debatida na audiência passada. Lembro-me de que foi comentada até também por nós e algumas conversas com o Movimento, que acho até uma questão que seria essencial. Lembro-me de uma reunião feita no próprio Parque quando as questões de aprovação estavam bastante latentes, que não é racional evidentemente para qualquer tipo de proteção de bens essa pulverização de aprovações e de projetos e de intervenções. Era fundamental ter um plano que articule tudo isso. Creio que até o próprio Movimento apresentou um tempo atrás uma série de ponderações que poderiam ser uma referência para a elaboração desse plano.

Em contato com a Secretaria de Agricultura tivemos a informação de que há uma proposta, pelo menos uma reflexão sobre um plano que estaria sendo elaborado. Creio que além de um plano de resguardo, de manejo, enfim, da vegetação, como é um Parque onde a arquitetura é bastante preponderante e relevante, acho que um Plano Diretor que incluísse a questão arquitetônica, a questão construtiva: edificações, elementos de lazer como as pérgulas, locais de passeio, enfim, e a própria vegetação, que acho que foi talvez a área mais

sensível de algumas das intervenções que ocorreram recentemente.

Então, a movimentação do DPH foi também de colocar isso e aguardar que alguma proposição de se colocar à disposição também para colaborar numa discussão como essa junto com o Condephaat para discutir um plano que pudesse servir de base, para analisar o futuro do Parque e as condições atuais em que está. Algumas intervenções foram inadequadas. Isso pode ser feito, readequado. Enfim, havia então uma expectativa de que uma discussão abrangente colocasse mais clareza no foco dos problemas que o Parque precisa, de modernização, de conservação e até de reversão de alguma intervenção que tenha sido feita inadequadamente.

Eu lembro-me de um processo que foi aprovado recentemente no Conpresp, acho que o Vereador lembra-se talvez desse processo que era a manutenção de duas casas pequenas que estão voltadas para a Rua Turiassú e acho que o Parque está com proposta de modificação de uso. Nós aprovamos com deferimento parcial sugerindo a demolição de um anexo espúrio que havia em uma das casas. O projeto foi feito pelo Parque, mas ainda assim parece evidentemente que é um projeto que eles necessitam, mas teria mais clareza se isso tivesse articulado num plano de uso, manejo. São muitas instituições, me parece que tem sede no Parque. Evidentemente que isso dificulta muitas vezes uma concepção unificada, mas exatamente por serem vários parceiros, vários usuários que um plano que ordene isso é a melhor solução. Plano que evidentemente pode ser elaborado e implementado em etapas, em fases como todo plano de ordenação física territorial.

Tenho então essa lista de projetos deferidos e indeferidos em análise. Imagino que atualizem um pouco a lista de novembro. Pode eventualmente ser complementada por cópia, mas dado os pareceres fico à disposição para a gente avançar em relação a essa questão.

Em relação a rever os processos já deferidos realmente não houve uma orientação ou uma possibilidade de execução, talvez aguardando também a possibilidade de um plano de percepção geral de todo o Parque para verificar o que é realmente mais grave e que

eventualmente justificaria uma modificação.

De certa maneira, rigorosamente, se o processo foi deferido ele passou por uma análise técnica do departamento, foi levado a um relator do Conpresp, foi discutido em uma reunião e foi aceito. Então, mesmo sendo um projeto novo ou uma regularização se julgou que aquele procedimento ali registrado estaria correto. Isso não impede evidentemente que, havendo um questionamento, um recurso externo isso possa ser colocado. Mas, nesse caso específico não houve essa revisão.

Em relação a uma auditoria ambiental temos uma dificuldade crucial. Temos uma arquiteta que tem cuidado do parque há bastante tempo que é a Leila, uma arquiteta experiente, foi diretora do departamento, foi presidente do Conpresp e tem toda a capacitação para análise das questões de arquitetura e mesmo das questões gerais de ambiente. Contudo, não temos no DPH profissionais da área de ambiente urbano. Não temos agrônomo, geógrafos, biólogos, enfim, contamos nesses casos com a colaboração da Secretaria do Verde que tem seus departamentos com essas possibilidades. Proporia nesse caso, além das vistorias que foram relatadas aqui – uma delas foi acompanhada pelo movimento, mas ocorreram outras pela técnica, em função da necessidade de responder aos processos – creio que organizar, e daí me proponho, novamente à questão, um roteiro, talvez com a colaboração do próprio grupo técnico do movimento, para que possamos fazer uma visita ao parque. Creio que aí seria importante o Condephaat estar presente, partilhar as questões, e, no caso da Prefeitura, solicitar a colaboração talvez do Depave, da Secretaria do Verde, com profissionais que pudessem, em conjunto com o DPH colaborar com esta leitura da situação ambiental do parque. Creio que seria um movimento muito positivo até para subsidiar uma eventual discussão de um plano geral de recuperação.

Em relação às informações solicitadas à Comissão não verifiquei, na correspondência do Conpresp, é possível, até que não tenha havido comunicação porque não houve, em relação ao Parque da Água Branca, nos últimos meses, nenhuma decisão mais

substancial, a não ser esses processos isolados. Se não houve comunicação, a partir dessa solicitação podemos reiterar a administração do conselho para que recolha todos os dados de casos que passaram pelo Conpresp nos últimos meses e encaminhar isso formalmente à comissão. Pode ter havido, realmente, uma lacuna nessa comunicação.

Em relação à participação do movimento nas reuniões, essa é uma questão que envolve a estrutura de trabalho do Conpresp. É diferente, por exemplo, de outros conselhos, e eu faço parte com bastante percepção do Cades, acho que a Rose Maris também é conselheira, não me lembro se o Vereador Gilberto Natalini, enfim, há uma representação e o Cades tem um conselho grande, muito representativo da sociedade, das áreas técnicas e as reuniões são abertas ao público. O Conpresp tem outra escala, assim como o Condephaat, é um conselho de representantes menores com discussões até mais pulverizadas. São muitos e muitos assuntos em cada pauta. Aliás, com frequência com reuniões extraordinárias para poder vencer a pauta. O CADES, até onde tenho participado, porque é o exemplo que estou usando, trabalha com grandes temas, importantíssimos e que permite foco e discussão alongada. O Conselho do DPH, o Conpresp também pode ter essa postura. No entanto, não é aberto a uma audiência pública, de pessoas para acompanhar as suas reuniões.

O que tem ocorrido, e o conselho sempre defere – o Vereador Adilson Amadeu tem acompanhado há mais de ano a questão - qualquer interessado, a favor ou contra uma posição colocada no Conselho pode ou não pleitear participação, colocar a sua posição perante o conselho mas não participa, normalmente, do acompanhamento da discussão das votações que são feitas no âmbito do próprio conselho. Essa possibilidade de participação é dada e nunca foi negada, tanto de quem é interessado diretamente quanto de quem tem questões ou dúvidas, aportes a serem dados aos temas do Conselho.

Creio que a participação do movimento, do grupo, será aceita, sem dúvida, mas seria interessante ter um momento de consistência para discutir isso. Solicitar, apresentar o conjunto de pendências ou dúvidas que foram colocadas e apresentar proposta para o

Conpresp ou, se tiver condições de ter um plano encaminhado, um plano que debata com mais profundidade essas questões, talvez fosse um momento importante, do movimento e de outras pessoas interessadas se posicionarem em relação a ele. Não há condição, acho pouco prático que a cada processo que tenha passado haja uma apresentação. Mas, pode ser pleiteada e o Conselho analisaria a possibilidade.

Acompanhamento rotineiro e cotidiano integral de cada reunião não é a organização que o regimento do Conpresp define para o seu trabalho. O que não significa que está isolado. É uma questão de produção e de possibilidade de administração das reuniões do Conpresp.

Reiteraria três encaminhamentos: a possibilidade de fazer uma visita conjunta com uma pauta e um roteiro estabelecido, com a presença de Condephaat e áreas ambientais da Prefeitura, claro que com o Governo do Estado, que é o responsável por aquele conjunto. A questão de discutir e ter clareza em relação à administração do Parque, da Secretaria, a evolução da possibilidade de ter um plano que possa servir de base para uma discussão mais sólida e consistente sobre o que está acontecendo e a participação necessária para evitar contradições ou desajustes de decisão entre Condephaat e Conpresp, suas áreas técnicas e suas áreas de decisão. Acho importante. São tombamentos que abarcam praticamente os mesmos objetos, com algumas nuances de distinção mas que, para um resultado positivo para a valorização e preservação do parque é fundamental que haja um ajuste.

Da parte de DPH é constante esse contato com a área técnica da Secretaria do Estado da Cultura, a UPPH que subsidia o Condephaat. Estamos à disposição para aprofundar isso e tornar mais preciso.

Não sei se passo para o Belas Artes ou se a Jupira quer falar.

**A SRA. JUPIRA** – Minha observação é a seguinte: de novembro para cá houve uma mudança do diretor do parque e, nessa mudança, com o novo diretor, o movimento estabeleceu uma relação de conversas e de colaboração bastante intensa na elaboração de

uma proposta em um plano de manejo ambiental. Walter, nosso destaque é o seguinte: as diretrizes que orientam a elaboração do plano são, justamente, os tombamentos. Isso é um reforço que sempre fizemos dentro do parque, com a direção, com a Secretaria, com o Dr. Washington pelo Ministério Público. Os dois tombamentos do Condephaat e do Conpresp se forem seguidos à risca, o parque está super-bem preservado. Para entendermos que são as diretrizes dos tombamentos que orientam as diretrizes dos planos que devem ser realizados dentro do parque. Então, Plano de Manejo Ambiental que inclui, não só a vegetação mas os animais e toda a estrutura física do parque deve ser orientado pelos tombamentos. Isso encaminhamos juntamente com a diretoria do parque. Houve uma troca, novamente, de diretor, continuamos fazendo isso, acho que depois a Cláudia pode até dar um informe em que pé está esta situação, mas reforço que são os tombamentos que dão as diretrizes e não a gente conversar, esperar um plano geral do parque para depois conversar sobre quais são os problemas. Tem outra questão que é importante que a gente considere: a Secretaria de Agricultura também compartilhou a gestão do parque entre vários órgãos. Então, além da Secretaria de Agricultura propriamente o Fundo Social hoje é praticamente responsável por todos os prédios. Então, não nos relacionamos somente com a Secretaria mas também com o Fundo que não participa da elaboração desse plano mais geral. Quem cuida das reformas dos prédios é o Fundo Social via Casa Civil. Então, também vivemos essa esquizofrenia dentro do parque. É um parque que é vinculado à Secretaria de Agricultura e abastecimento, que sedia o Fundo Social, que cuida agora de praticamente todos os próprios, os prédios. A Sutaco agora tem parte. É bem mais complexa essa relação do que somente falar com uma secretaria.

Não podemos esquecer também de todas as questões políticas que aconteceram em 2010, que orientaram a aprovação de vários processos dentro do Condephaat e precisamos falar sobre isso. Havia uma orientação do Governo do Estado muito capitaneado pela 1ª dama Deuzeni Goldman, que era presidente do Fundo, que iniciou todo esse processo de paisagismo de shopping center dentro do parque, inclusive, sabemos que o Condephaat

aprovou vários processos e pedidos de reforma, ou de intervenção no parque apenas com a folha de rosto do processo, ou do projeto.

Temos cópias, discutimos isso, apresentamos para o Ministério Público, o Dr. Washington sabe de tudo isso. Então, muitas vezes, se fiar na aprovação do Condephaat é se fiar também num processo que foi completamente equivocado, para não dizer ilegal e irregular. Temos conhecimento disso, toda a intervenção no Bosque das Palmeiras, por exemplo, é um contrato de reforma de galeria de águas pluviais, onde o projeto que foi apreciado e aprovado pelo Condephaat ocorreu em período muito posterior ao início do contrato, num projeto em que não havia o memorial descritivo, que só foi feito depois que o projeto já havia iniciado.

Enfim, temos tudo isso documentado e dissemos em outra reunião, se o Conpresp for atrás de como foi deliberado o Condephaat naquele período, vai acabar incorrendo no mesmo erro que avaliamos, ou seja, se fiar em cima de uma aprovação que não foi correta. Por isso insistimos numa visita, numa apresentação, para que pudéssemos expor todos os dados que temos, para que o Conpresp e o DPH possam conhecer melhor o que está acontecendo.

E, por fim, a questão das intervenções no âmbito da vegetação. O parque é protegido pelo código ambiental, pelo Conama, por causa das nascentes e conversamos sobre isso com a Leila, quando ela fez a visita que acompanhamos. É preciso envolver o Depave – também tivemos reuniões com o Depave -, e a Subprefeitura da Lapa, por causa das autorizações relacionadas ao manejo arbóreo, e aí incluímos o que aconteceu na chamada trilha do pau-brasil, no bosque das palmeiras e no restante da vegetação.

Precisamos ter uma parceria melhor definida com o Depave, também porque são eles que dão as orientações do que pode ser feito e do que não pode, uma vez que o Conpresp não tem, entre seus profissionais, pessoas que dominam esse assunto. Isso nos foi dito já na outra audiência.

Então da maneira como o Walter está apresentando foi exatamente o que já conversamos em novembro. De lá para cá, o encaminhamento foi justamente a partir disso que

o Walter disse. Nesse caso, minha sugestão é de que junto com o novo Diretor do Parque, o Marcelo, nós do Movimento mais alguém do DPH, provavelmente a Leila ou outra pessoa que vocês designarem, talvez alguém do Condephaat, com a presença do Dr. Washington, para podermos repassar ponto por ponto numa reunião de trabalho lá no parque, em que possamos de fato conhecer qual a proposta que foi encaminhada para a Secretaria de Agricultura, de plano de manejo ambiental, sabendo que isso foi encaminhado com a diretriz dos tombamentos, e aí sim fazer uma avaliação do todo.

Concordo e sempre questionamos esses encaminhamentos picadinhos. E aí temos de fazer uma avaliação do todo e ver quais serão as providências que devem ser tomadas, mas precisa envolver a Secretaria de Agricultura, na pessoa do Chefe de Gabinete da Secretaria, que é quem responde pelo parque, não é a Secretária de Agricultura; o Diretor do Parque e também alguém do Fussesp – Fundo Social, uma vez que o Fundo é responsável, hoje, pela gestão de todos os prédios do parque.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder)** – Antes de devolver a palavra ao Walter Pires, passo a palavra ao Presidente Alfredinho, que vai precisar se ausentar.

**O SR. ALFREDINHO** – Presidente, peço desculpas, mas preciso realmente me ausentar. Estou com outra atividade agendada para agora, às 10h30, e V.Exa. conduzirá a presente audiência pública.

Eu estava pensando comigo o seguinte: antigamente, os perigos da ocupação eram os sem-teto, que ocupavam áreas em busca de moradia e eram – e o são ainda hoje – duramente reprimidos. Hoje o perigo são as grandes construtoras, o setor imobiliário, que ocupa tudo. E eles são poderosos e não são reprimidos pela polícia. Digo isso porque moro numa região constituída basicamente por mananciais. Às vezes, fico impressionado com o fato de as pessoas conseguirem licença para construir em vários lugares.

A região de Interlagos e Nações Unidas foi, no passado, o principal centro industrial

de São Paulo. Depois, as indústrias foram embora e a região encheu-se de prédios, inclusive em local comprovadamente contaminado. A região onde está localizada a igreja do Padre Marcelo é área contaminada. Fizemos CPI nesta Casa e pudemos verificar na região um depósito do Exército, todo isolado, porque lá existem inúmeros produtos que contaminaram a área. Apesar disso, o pessoal do ramo de construção conseguiu licença para construir ali.

Nos fundos do Grajaú há uma placa, um escritório imobiliário montado há algum tempo anunciando venda de casas, e não sei onde serão construídas; no entanto, a Prefeitura não consegue área para construir creches. E se a Prefeitura não consegue, porque não há área pública, como esse pessoal conseguirá fazer a construção dessas casas? Isso é algo impressionante, não se respeitam mais áreas a serem preservadas, não se respeita mais nada.

Como moro na região, atuo muito na periferia. Seu que antigamente o pessoal reclamava do asfalto, da água e da luz; hoje, no entanto, quase tudo está asfaltado, e a grande demanda é por áreas para esporte, lazer e cultura. O povo quer cultura. Esse lugar comum de que o povo não quer cultura está ultrapassado; ao contrário, mas precisa haver esse acesso. Como falou o Afonso, uma entrada de cinema a 30 reais é cara, assim como a de teatro. Além disso, se o povo da periferia vem a algum teatro do centro, assusta-se, porque, ao chegar, percebe a diferença de nível social.

Os CEUs podem ser usados como equipamento de cinema e teatro, porque há espaço para isso. Quem conhece os CEUs sabe que seus auditórios são bons, dá para exibição de peças teatrais e filmes, mas isso não acontece mais. Um dia desses, fui a uma atividade em uma igreja, que era local de encenação de uma peça sobre a Semana Santa. Foi impressionante, porque o local lotou. Os cerca de 400 assentos foram ocupados, e muita gente ainda ficou de fora.

Tudo isso é questão de política de incentivo à cultura, ao esporte. E se não mudarmos as atuais práticas, sobrarão pouquíssimas áreas preservadas. A região de Parelheiros hoje praticamente não tem ocupação irregular por conta de uma série de razões;

mas os empreendimentos imobiliários estão doidos para chegar até lá. Onde houver espaço em que se possa construir algum prédio, isso acontecerá. O incrível é que se consegue essa licença com facilidade, enquanto o coitado do trabalhador que quer fazer uma casinha, porque paga aluguel, não consegue a licença. Ou ele faz na raça, sendo pressionado pela fiscalização da Prefeitura, ou não faz.

Quero parabenizar vocês pela luta que vocês organizaram em defesa das áreas de preservação e do meio ambiente. Até tenho dificuldade quando vou a Parelheiros fazer reuniões, próximo à região onde passa o Rodoanel, porque há um pessoal lá que defende que se abra a alça do Rodoanel naquela área, e sou contra. Primeiro, porque o Rodoanel foi concebido para dar preferência a caminhões; segundo, porque a abertura de uma alça ali vai com certeza provocar um enorme impacto, como se já não bastasse o impacto que já houve, pois não reflorestaram a área que foi devastada em toda aquela região onde foi construído o Rodoanel.

Sei que o tempo é curto e preciso sair. Portanto, Sr. Presidente, obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder)** – Agradeço o nobre Vereador. Há um problema, pois esta sala foi reservada das 9 às 11 horas, horário a partir do qual se instalará uma nova Comissão. Além disso, tivemos um atraso de meia hora para iniciar nossa reunião. Então, peço ao Vereador Adilson Amadeu que se sente ao meu lado e que o Sr. Walter seja o mais sucinto possível. Em seguida, eu gostaria de ouvir o promotor, Dr. Washington Luís Lincoln de Assis.

**O SR. WALTER PIRES** – Continuando - para completar em relação ao Parque da Água Branca e a partir dos comentários e das sugestões encaminhadas pela Jupira -, acho bastante positivo esse encaminhamento de procurar fazer uma conversa; mas é essencial que as áreas representadas no uso dos PACs estejam todas presentes nessa reunião. Acho que o plano de manejo da Secretaria é fundamental; mas um plano tem de integrar as várias funções, inclusive os tombamentos. As resoluções são diretrizes, sem dúvida nenhuma, para um plano

de organização geral do PAC, mas não são apenas as resoluções que vão definir as estratégias. Cada instituição tem sua política de uso – de expansão ou não, de alteração, de funcionalidade -, e isso tem que estar integrado numa visão de conjunto. É complexo? Sim. É por isso que tem que partir de uma metodologia, de uma organização de informações que vão diagnosticando o que é mais relevante e urgente e procurando estabelecer fases. Acho que essa é uma proposta de encaminhamento para a solução das questões, e conta com toda a nossa concordância e apoio.

Por outro lado, evidentemente, comprometo-me a encaminhar os resultados da reunião para o Secretário de Cultura e para o Presidente do Conselho e a solicitar que façam gestões a essas outras áreas do Governo do Estado - Secretaria de Cultura, de Agricultura e o Fundo – para que se articulem no âmbito público para que se chegue a uma proposta de organização de espaço.

Penso que esses são encaminhamentos bem positivos.

Em relação ao Belas Artes, é difícil ser sucinto em uma questão que é tão interessante para a essência das questões de patrimônio. Penso que a ponderação do Afonso foi muito precisa, mostrando domínio de questões conceituais do patrimônio e da história. Falo, então, como Diretor do Departamento e recoloco a opinião do DPH, que reconheceu que esse espaço tem referências e valores. Sempre alertamos para o seguinte: o tombamento, com o mecanismo que vem sendo aplicado - e há uma certa tradição em relação a isso -, tem condição de controlar o espaço físico, impedir que algo seja destruído ou descaracterizado. No entanto, ele não tem condições de definir a quantidade de uso,...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. WALTER PIRES** – Sim, a questão essencial era essa. O Conpresp tem sua atribuição vinculada a uma lei de tombamento. Então, ela tem seu rigor e suas limitações. De um lado, há um reconhecimento de valor, que é o aspecto positivo e socialmente justo; de outro lado, ela é uma lei rigorosa, que impede alterações, que têm de ser feitas com base em

justificativas definidas.

O Departamento encaminhou uma proposta nesse sentido. O Conselho, que é quem delibera coletivamente, analisou e julgou que, pelas condições já dadas em relação ao uso do edifício e a outras questões, ele não deveria ser tombado, e assim foi arquivado o processo.

Para atualizar as informações, o processo foi reaberto no início deste ano a partir de uma iniciativa da Promotoria do Meio Ambiente junto à Justiça, foi determinada a reabertura do processo de tombamento. Ele foi reaberto a partir de uma resolução de janeiro; depois, recentemente, por outra medida judicial, comunicada ao Conselho, o processo foi novamente encerrado, digamos assim. Essa segunda medida não foi publicada, foi fruto de reunião recente, mas já está sendo preparada para publicação. Vou solicitar também que, assim que oficializado, seja comunicada a todos os envolvidos nessa discussão.

É complicado. Realmente, há uma discussão difícil. Acho que a possibilidade de continuação de um uso que é importante para a Cidade está associada a outros mecanismos de incentivo, de articulação, que, creio, o movimento procura colocar com clareza.

Voltando a falar um pouco como Secretaria de Cultura – e isto também já foi comunicado na outra audiência -, nossa pasta teve vários movimentos em relação à questão do cinema em São Paulo. Eu lembraria que há vários cinemas tombados na Cidade, principalmente no centro novo, na região da antiga Cinelândia, que foram preservados em função da sua arquitetura, de uma certa integridade que ainda havia.

Há quatro, cinco anos, começamos gestões que resultaram no tombamento completo do interior do Cine Ipiranga, cujo projeto original é do arquiteto Rino Levi. O interior estava ainda íntegro, e a restauração foi possível. Tratou-se de complementação de um tombamento anterior. Foi um movimento importante inclusive para transformar seu uso para cinema público. Essa é questão que ainda está sendo discutida na Secretaria.

A Secretaria desapropriou o antigo Cine UFA-Palace, antigo Art Palácio, no Largo

do Paissandu, e já há um projeto do arquiteto Paulo Bruna em desenvolvimento para adaptá-lo a uma grande sala de espetáculos. Próximo dali, a Prefeitura também desapropriou o antigo edifício do Cine Marrocos, sendo que o cinema será utilizado como uma sala coletiva de teatro associada à Praça das Artes, que é um complexo que está sendo finalizado ali ao lado. No próprio Largo do Paissandu, eu lembraria também a Escola de Circo que está sendo também objeto de projeto de implantação, que prevê a formação de pessoas na área de circo, e do Centro de Memória do Circo. O circo está muito associado ao circo-teatro, e poderia haver também a utilização desses espaços.

Houve movimentos ligados à preservação de funções cinematográficas numa área onde essa questão era mais crítica, o centro novo, onde a Cinelândia perdeu sua vitalidade muito em função das razões que o Afonso descreveu, dos cinemas passarem a se localizar em shoppings, da sensação de insegurança da população *etc*, questões muito complexas que envolvem a urbanidade. Esses movimentos havidos eu entendo como contribuições. Agora, surge a questão do Belas Artes, mais um tema complexo.

A Secretaria, num certo momento, posicionou-se no sentido de que não havia condições de aplicar recursos nessa possível desapropriação ou numa possível gestão. Mas, evidentemente, são questões que podem ter sua discussão retomada. A força que conduz essa questão está, realmente, na mobilização das pessoas, e isso é fundamental.

Em relação à lei do Vereador Chico Macena, relativa ao patrimônio material, concordo com o Presidente, Vereador Neder: ela é uma lei inspirada muito no decreto do IPHAN, do Governo Federal, de registro do patrimônio material, que foi um avanço importante no Brasil em relação a esse tipo de questão. Ela tem aspectos que realmente podem ser aplicados, mas o procedimento total que leva o registro – e o registro, como lembrou o Afonso, não é simplesmente fazer um documentário ou um bom relatório – exige uma avaliação, exige a percepção da vitalidade daquela situação de patrimônio material. Pode ser um grupo de dança, pode ser uma atividade artesanal ou pode ser – a se avaliar, pois isto é complexo –

uma interação com o espaço cinematográfico. A gente chegou a conversar um pouco com o pessoal sobre como aferir essa imaterialidade que está ligada ao Cine Belas Artes. Todas os outros registros já feitos no Brasil pelo IPHAN e alguns feitos nos Estados são imateriais, mas estão materializados num grupo de pessoas que produzem coisas, que fazem manifestações, que você pode situar no espaço. Ou seja, assistir a um cinema pode emocionar o simbólico de todo mundo, mas como posso identificar essas questões? Isso é algo muito complexo e também muito instigante.

Minha sugestão é que talvez pudéssemos aferir isso por meio de profissionais ou mesmo de movimentos como, por exemplo, o grupo de Antropologia Urbana da USP ou o próprio grupo de defesa daquele cinema. Que eles possam tentar construir essa percepção e trazê-la como proposta de registro de patrimônio imaterial. Esse talvez fosse o caminho a ser reforçado.

Dito isso, fico à disposição.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder)** – Agradeço sua participação e por ter seguido o roteiro proposto no requerimento desta audiência pública. De qualquer forma, nós gostaríamos de que essas respostas fossem encaminhadas formalmente pelo Presidente do órgão. A Câmara Municipal não gostaria de ficar com a incumbência de articular os órgãos públicos municipais e estaduais. Dessa forma, penso que talvez o Ministério Público, quem sabe, possa nos ajudar a viabilizar não só essas visitas, mas várias possibilidades que foram aventadas aqui de encaminhamentos. Porque, para um governo que se encerra daqui a sete meses, e considerando que a última audiência pública foi realizada há seis meses e pouco evoluímos desde então, há o risco de chegarmos ao fim do governo sem que nada tenha sido feito.

Passo a palavra ao promotor Dr. Washington e lembro que há duas pessoas do plenário inscritas, uma de cada movimento, que falarão logo em seguida.

**O SR. WASHINGTON LUÍS LINCOLN DE ASSIS** – Bom dia a todos. Infelizmente,

teremos pouco tempo para discutir assuntos tão relevantes para a Cidade.

Os dois assuntos são correlatos. É evidente o total descaso com o patrimônio cultural que existe nesta cidade, para não falar neste Estado como um todo. Essa é uma realidade. Para melhorar esse quadro, já que estamos numa casa de leis, eu já queria propor aos Vereadores presentes que apresentassem um projeto de lei para regulamentar a atuação do Conpresp. (Palmas) Infelizmente, os dois órgãos de proteção do patrimônio cultural, da Capital e do Estado, não têm cumprido suas finalidades, com o devido respeito ao Sr. Walter Pires, que tem prestado relevantes serviços, e nem sempre a solução depende dele.

Uma das questões é a composição dos órgãos exclusivamente por políticos e pessoas desvinculadas da atividade cultural. Não é porque é um político ou de pessoa notoriamente conhecida na Cidade que se trata de pessoa que detém algum conhecimento desses setores. A questão do cinema, inclusive, é extremamente complexa e depende de conhecimento especializado. Eles deveriam ouvir pelo menos um mínimo de pessoas especializadas na área e trazê-las para os processos de análise que não vêm sendo feitos. Nós já levamos a questão para o Judiciário e temos o desprazer de saber que, assim que caiu a liminar que obrigava a reabertura dos processos de tombamento, o Conpresp já arquivou o processo com uma celeridade inusitada, ficando demonstrando que realmente não se fez um aprofundamento do estudo sobre a complexidade que envolve esse cinema para a cidade de São Paulo e para o Estado, o que, aliás, foi muito bem expressado pelo palestrante que me antecedeu.

Tudo isso é questão estrutural da cidade de São Paulo, que demonstra descaso com a cultura, descaso com a Cidade e falta de compromisso público com a Cidade. São Paulo está sendo sucateada pelo mercado imobiliário, não há política urbana, não há política de desenvolvimento urbano, estamos ainda discutindo o Plano Diretor. Desculpe-me minha sinceridade, e não é pela atuação do senhor, que é um Vereador muito atuante – e mesmo antes, como Deputado -, mas a Câmara Municipal tem se omitido muito na defesa dos

interesses da Cidade, na fiscalização do Executivo. Um dos casos mais clamorosos e obscuros da história da cidade de São Paulo é o projeto Nova Luz, que foi aprovado nesta Casa de Leis. É um dos casos que deveriam estar nas páginas policiais, porque envolve diversas administrações da Cidade, não só a atual. Os problemas, então, são muito abrangentes.

Sobre o Parque da Água Branca, há um inquérito civil. Venho acompanhando essa questão há mais de dois anos e estamos finalizando estudos para tomar medidas judiciais, uma vez que o Estado não tem interesse em firmar o TAC. Não é uma das coisas mais graves em São Paulo, mas é lógico que demonstra a falta de legislação do Condephaat e do Conpresp, órgãos que atuam politicamente.

Como foi dito pela Jupira, o Condephaat autorizou diversas obras com base num exame preliminar insuficiente. Num dos casos que levamos ao Judiciário, conseguimos uma liminar. Nos outros casos, felizmente, os danos não são irreversíveis nem de tamanha gravidade e todos os danos são passíveis de reparação e reconstituição à situação anterior. Isso vai ser levado ao Judiciário nos mínimos detalhes, responsabilizando-se cada uma dessas pessoas. Infelizmente, o Judiciário sempre atua com base nos pareceres desses órgãos técnicos, que, apesar de ter a presunção de honestidade e de legitimidade na sua atuação, tem decepcionado a comunidade paulistana e paulista.

Todos os assuntos estão reiteradamente debatidos e temos a documentação completa. Contamos também com a participação da população e da Jupira e da Claudia, dentre outros membros, que têm nos trazido relevantes informações e prestado serviços ao Ministério Público, atuando conjuntamente com ele.

Então, não descuidamos dessa questão da Água Branca e pretendemos que todas as coisas sejam devidamente reparadas em prol da população. Esse é um compromisso nosso e um dever de quem causou os danos. Na verdade, há um descaso com os bens culturais na Cidade; nesse caso, foi por parte do Governo do Estado, que realizou obras às pressas, atropelando o processo de autorização junto aos órgãos de proteção, deixando de realizar

diversos processos que depois foram referendados e homologados.

Os órgãos de proteção não são meros chanceladores da vontade dos políticos, mas, infelizmente, enquanto não mudarmos a legislação e a composição desses órgãos, inclusive com a introdução de pessoas da sociedade civil que sejam realmente comprometidas, como a Ros Mari, uma das maiores defensoras da cidade de São Paulo, viveremos na Cidade uma situação de esquizofrenia, com a população e as pessoas bem-intencionadas lutando contra o Poder Público e contra a Administração Pública como se fossem inimigos. Por outro lado temos a Administração Pública lutando para destruir a Cidade e entregá-la ao mercado imobiliário, fazendo dos seus gabinetes verdadeiros balcões de negócios.

- Aplausos no recinto.

**O SR. O SR. WASHINGTON LUÍS LINCOLN ASSIS** – Isso está nos livros que tratam dos assuntos a que estou me referindo.

Sobre o Belas Artes, a questão é bastante profunda, porque envolve uma questão cultural, de mercado, de política pública e cultural, que, infelizmente também, é tratada com total descaso pela Cidade.

A Secretaria de Cultura do Estado fornece anualmente a ONGs cerca de 400 milhões de reais, sendo que a Prefeitura de São Paulo tem um orçamento de quase 300 milhões de reais para a Cultura. Mesmo assim, eles não têm capacidade de desapropriar um prédio para terceirização e exploração de um cinema de arte nacional e internacional, um polo de difusão de artes visuais e de formação de público. Enquanto o dinheiro é canalizado para atividades de pouquíssima ou nenhuma repercussão popular e cultural, para atividades que não revertem em nenhum benefício para a Cidade, como essas Viradas Culturais, que são de discutível repercussão e importância cultural, parece que falar em desapropriação de um prédio, de valor irrisório em relação a esses orçamentos para o Estado e Município, é um absurdo.

Não sabemos o porquê dessa esquizofrenia, Ros Mari, mas dá a impressão de que,

se não partir da ideia do Administrador de plantão, nada serve simplesmente por não quererem dar o braço a torcer por alguém ter dado alguma ideia. Não compreendemos como podem relegar certas situações a segundo plano em detrimento do privilégio de outras situações. Isso tudo é uma distorção do mercado cultural que temos presenciado.

O cinema é uma das maiores indústrias do mundo; é a segunda fonte de renda dos Estados Unidos, só perdendo para a indústria da Aeronáutica. O governo americano investe anualmente de 1,8 a 2 bilhões de euros em atividades de produção cinematográfica, sendo que 70% são destinados à formação e 10 a 15% à distribuição e exibição, privilegiando salas.

Saibam os senhores que a reserva de mercado de salas para cinema é de 3% só nos Estados Unidos. É o contrário do que ocorre no Brasil: diversos cineastas de diversas obras nacionais não têm espaço de exibição e não há nenhuma política.

Aliás, sobre esses modelos de cinema Multiplex e outros cinemas, estou interessado em investigar, porque desconfio que há até capital estrangeiro envolvido nessas atividades, tamanho o interesse econômico envolvido.

Infelizmente, o Conpresp e o Condephaat deixam de analisar essa questão da importância cultural do cinema. Falando nisso, recomendo um livro especializado no assunto, do Observatório Itaú Cultural, que aborda todos esses problemas. Acho que temos o dever de buscar elementos especializados sobre o assunto que estamos defendendo.

Esses dois casos são bastante emblemáticos da falta de compromisso dessas autoridades ou mesmo do interesse público, mas vamos defender isso, em último recurso, buscando o Poder Judiciário, denunciando todas as falhas, os prejuízos e os danos que vêm causando à comunidade paulistana.

Como não há tempo suficiente para aprofundar muito as questões, vou encerrar por aqui. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder)** – Antes de passar a palavra ao nobre Vereador Adilson Amadeu, que nos representa no Conpresp, gostaria de deixar uma proposta

para consideração de todos: que a visita ao parque ocorra na próxima quarta-feira pela manhã, antecedendo o feriado numa semana que está um pouco prejudicada. Se não tivermos uma data de referência, essa reunião acabará não acontecendo, assim como a visita.

Então, Walter, eu gostaria que de fato tivéssemos um encaminhamento concreto a partir desta reunião. Solicitei também que seja encaminhada uma resposta oficial do Conpresp.

Passo a palavra ao nobre Vereador Adilson Amadeu.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Bom dia, Vereador Carlos Neder, que preside esta sessão; Sra. Jupira; Exmo. Dr. Promotor Washington Luís Lincoln Assis; Vereador Wadih Mutran; Sr. Walter Pires; Sr. Afonso Jr., representando o movimento de defesa do Belas Artes; Sra. Letícia Bandeira de Mello, representante do DPH.

Gostaria de falar que toda minha família frequenta o Parque da Água Branca todos os dias, porque moram na Cardoso de Almeida e na Turiassu. É preciso mesmo preservar todo o local que está em volta do Parque da Água Branca.

Como representante da Câmara no Conpresp, vejo a necessidade de a população e as entidades participarem das reuniões. Não tenho dúvidas de que, com o requerimento antecipado, todos poderiam participar mesmo, do começo ao fim da sessão, que tem início às 9h e termina por volta das 13h. Isso é muito importante.

Tenho falado aos meus colegas Vereadores que realmente precisam acompanhar tudo o que acontece no Conpresp, porque eu não sou uma pessoa totalmente preparada para estar no Conpresp, apesar de ser um administrador de empresas e um fiscalizador do Município.

Fui o único que votei a favor do tombamento do cinema no Conpresp, até como frequentador do Belas Artes desde 1970 e por ele fazer parte do lado cultural da Cidade. Não sei se os senhores acompanham, mas o movimento a favor do cinema pode confirmar isso.

Em relação ao atual governo, faço uma oposição ferrenha nesta Casa. Sem dúvida alguma, o descaso é muito grande, maior do que todos podem imaginar. Eu mesmo já fiz

algumas tratativas e já mandei muito material ao Ministério Público, que, eu sei, está com serviço acumulado. Se o Ministério pudesse colaborar com mais elementos, sem dúvida alguma, o atual Prefeito não estaria governando a Cidade, já teria sido cassado, porque o descaso é muito grande.

Também votei contra o Itaquerão e à Nova Luz. Mas sabemos que não depende só de um Vereador, porque o Prefeito tem a maioria nesta Casa.

Afonso Jr., a minha análise é a seguinte: além do tombamento, o Município e o Estado deveriam preservar aquele espaço, independentemente do custo do aluguel, se 150 ou 180, por ser o Belas Artes, em minha opinião, um cartão-postal do Brasil.

Procuo dar o melhor de mim, mas quero ser cobrado, não só pelas entidades, associações e população, mas pelos Promotores da Cidade.

Concordo com o que o senhor falou: a Cidade está mesmo sucateada. Vou além: está abandonada e seus espaços estão sendo vendidos. Isso quem fala sou eu, o Vereador Adilson Amadeu, e há as cópias taquigráficas que confirmam. Falo de boca cheia porque também sou população e tenho, há 40 anos, uma empresa com 186 funcionários.

Aproveito a oportunidade de estar no Conpresp para realmente tentar aprender e analisar os fatos. O Sr. Walter Pires realmente conhece demais o assunto e poderia até palestrar e fazer apresentações sobre o assunto todos os dias, mas não depende somente dele o desenvolvimento desse trabalho. Não estou desmerecendo outros Conselheiros, que até gostaria que também estivessem aqui, mas, devido a compromissos, não puderam comparecer. Lamentavelmente, porque seria muito importante.

Meu caro colega Carlos Neder, não por culpa do Promotor, das entidades ou de Vereador, esta sessão começou com meia hora de atraso. Por isso, peço à assessoria que nos dê mais meia hora em outra sala para que todas as pessoas que estão participando desta sessão possam falar.

Estou à disposição. Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder)** – Pergunto ao Promotor Washington se é viável a sugestão feita por mim, de agendarmos uma visita ao Parque da Água Branca, aproveitando a presença de vários órgãos que também gostaríamos que estivessem conosco no dia.

**O SR. WASHINGTON LUÍS LINCOLN ASSIS** – Vamos designar uma visita ao Parque da Água Branca para a próxima quarta-feira, às 10h. Vou expedir essa convocação aos órgãos de proteção e todos os interessados estão convidados.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder)** – Agradeço. A Comissão de Administração Pública e a Câmara Municipal se colocam à sua disposição para todos os contatos necessários, inclusive para identificar as pessoas que já estiveram nas duas audiências públicas realizadas nesta Casa. Esse material ficará à sua disposição.

Há três inscritos para falar: a Sra. Eliane Manfré, do Movimento pelo Belas Artes; a Sra. Cláudia Lukianchuki de Lacerda, do SOS Parque da Água Branca, e o Sr. Jurandyr Passos.

Pergunto aos nobres Vereadores Adilson Amadeu e Wadih Mutran, que fazem parte da outra Comissão, se poderíamos disponibilizar mais dois minutos para cada uma dessas pessoas se manifestarem sem prejuízo da reunião da outra Comissão.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Sr. Presidente, sou apenas um membro da outra Comissão, mas voto a favor de pelo menos mais cinco a dez minutos para esta reunião. Pessoalmente, como membro da Comissão cuja reunião vai se iniciar daqui a pouco, às 11, daria um pouco mais de tempo para que essas pessoas tenham a oportunidade de falar, uma vez que elas estão aqui desde cedo.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder)** – Como o uso das salas da Casa é previamente agendado, não há nenhuma possibilidade de mudarmos para outra sala. Então, vamos ter de aproveitar esse tempo de tolerância da outra Comissão.

Passo a palavra à Sra. Eliane Manfré e peço às pessoas inscritas que se

pronunciem em dois ou três minutos. Por favor.

Tem a palavra a Sra. Eliane Manfré.

**A SRA. ELIANE MANFRÉ** – Bom dia a todos. Serei breve devido ao tempo. Tenho duas observações a fazer. A primeira, em relação ao Conpresp, é direcionada ao Sr. Walter Pires e ao Vereador Adilson Amadeu. O Movimento pelo Belas Artes reivindica que o parecer do DPH possa ser discutido pela sociedade civil por ser favorável e muito interessante; ainda não houve oportunidade. A segunda, também em relação ao Conpresp, diz respeito à falta de parecer do Relator, porque, quando o processo foi arquivado, ficamos sem ter esse parecer. Queremos saber até que ponto isso é legal ou regular. Gostaríamos de discutir essa questão.

Já que o Sr. Walter Pires está representando o Secretário Calil, gostaríamos de solicitar uma reunião para analisar as condições de reabertura do Cine Belas Artes, principalmente a questão do subsídio de utilização do cinema pela comunidade e pelas escolas no período da manhã. Essa ação demandaria apenas 35 mil reais por mês; valor que, se juntado ao já captado pelo antigo proprietário do cinema, Sr. André Sturm, poderia servir de pagamento do aluguel já solicitado para a renegociação. Isso facilitaria e viabilizaria a reabertura do cinema.

Também tenho uma sugestão ao Ministério Público, na figura do Promotor Washington. Sabemos da descaracterização do prédio do cinema: o dono não está zelando de forma adequada por ele. Por exemplo, logo que o cinema foi fechado, os dois letreiros de identificação da entrada foram retirados do local, assim como os dizeres “desde 1952”. O local, portanto, não está identificado como Cine Belas Artes. Também houve depredação da parte externa, como os banheiros, que tiveram retiradas torneiras, e depredados os vasos sanitários, além de bancos da lanchonete. Gostaríamos de reivindicar uma visita ao local ou sugerir que o Ministério Público tome as devidas providências, porque essa situação, que já dura mais de um ano, não pode perdurar mais.

**O SR. AFONSO LIMA** – O dizeres “desde 1952” funcionava como a lembrança do

local, como em Auschwitz.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder)** – Pessoal, desculpem-me, mas há vários Vereadores aguardando o início da outra Comissão.

**O SR. WASHINGTON LUÍS LINCOLN ASSIS** – Como o processo de tombamento do Condephaat ainda está em andamento, o cinema está protegido. Então, qualquer alteração é passível de sanções. Mas vamos verificar isso.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder)** – Tem a palavra a Sra. Cláudia Lukianchuki de Lacerda.

**A SRA. CLÁUDIA LUKIANCHUKI DE LACERDA – Bom dia a todos. (21)**

**A SRA. CLÁUDIA** - Bom dia todos. Sou Cláudia, do Movimento SOS Parque da Água Branca.

Minha fala será curta e direcionada, principalmente, às colocações do Sr. Valter Pires. O que foi autorizado?

Lembro aos senhores que li todos os autos e - sobre o que vi da autorização do Conpresp - posso falar que muitos deles vêm com a alcunha “Regularização”.

Regularização é diferente de autorização, de questão prévia. Então, é para arrumar a situação. Nesse sentido, citarei como exemplo a Portaria de Ana Pimentel, que está condizente com o Parque da Água Branca, não o descaracterizando. Devo dizer que isso não é justificativa.

Justificativa tem de ser pautada em questões técnicas, no caso, arquitetônicas, levando em consideração o tombamento do Parque e suas características.

Portanto, isso não nos ajuda, tampouco a Promotoria. Claro que podemos questionar, podemos apontar os problemas, mas nos ajudaria muito se os órgãos cumprissem seus papéis, de análise profunda e justificada adequadamente.

Reitero os termos que Jupira já colocou em relação aos requerimentos e quanto à articulação feita por Neder.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder)** – Tem a palavra o Sr. Jurandir Passos.

**O SR. JURANDIR PASSOS** – Meu nome é Jurandir Passos. Pertencço ao Movimento SOS Parque da Água Branca.

Já que estamos novamente na Câmara Municipal de São Paulo, falarei a respeito do parque, da parte de fora do muro - e que pouco falamos.

O parque tem uma legislação sobre o tombamento e falamos de todo esse imbróglio dos órgãos estaduais, que estão instalados lá dentro. Se formos para o entorno do parque, teremos muito mais questões envolvidas.

Pergunto ao Sr. Valter se o Conpresp está atento à pressão que está sendo feita pelo mercado imobiliário. O Sr. Washington já falou tudo a respeito. Portanto, o que me sobrou para falar é somente sobre essa relação entre o parque e seu entorno, ou seja, a Cidade.

Aquela região está passando por um adensamento brutal. É o lugar da Cidade em que mais terá estações de Metrô, em breve. No raio de um quilômetro serão três estações. No raio de quatro quilômetros serão quatro estações. Quer dizer, aquilo será o filé mignon do mercado imobiliário.

O que já está acontecendo hoje? O parque está sendo cercado; os rebaixamentos de lençóis freáticos são monstruosos, uma enorme quantidade de construções subterrâneas que cercarão o parque, com impactos ambientais no solo e nos lençóis freáticos e na absorção de água. Isso sem falar no sombreamento que esses imóveis criarão em torno do parque.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder)** – Agradeço a participação de todas e todos.

Todos estão convidados a participar da visita ao parque, da audiência que lá será realizada, promovida pelo Ministério Público estadual.

Peço que as questões aqui levantadas sejam respondidas formalmente às pessoas

que as fizeram. Peço, inclusive, à Assessoria da Comissão que agilize a transcrição desta sessão, para que todas as entidades possam recebê-la o mais rápido possível.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente audiência pública.

---

